

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LEILA ELIZA RODRIGUES PADILHA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL DE DOM
PEDRITO – RS.**

**Dom Pedrito
2018**

LEILA RODRIGUES PADILHA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL DE DOM
PEDRITO – RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências da Natureza.

Orientadora: Suzana Cavalheiro de Jesus

**Dom Pedrito
2018**

LEILA ELIZA RODRIGUES PADILHA

**POLÍTICAS E AÇÕES PÚBLICAS PARA EFETIVAÇÃO DO ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE
MUNICIPAL DE DOM PEDRITO – RS.**

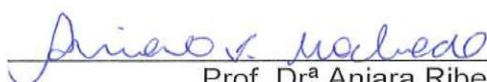
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo – Licenciatura, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Educação do Campo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06 de junho de 2018.

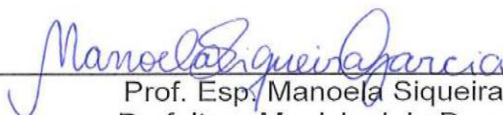
Banca examinadora:



Profª. Drª. Suzana Cavaleiro de Jesus
Orientadora
UNIPAMPA



Prof. Drª Aníara Ribeiro Machado
UNIPAMPA



Prof. Esp. Manoela Siqueira Garcia
Prefeitura Municipal de Dom Pedrito

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P123p Padilha, Leila Eliza Rodrigues
Políticas públicas para efetivação do Atendimento
Educativo Especializado nas escolas do campo da rede
municipal de Dom Pedrito - RS / Leila Eliza Rodrigues Padilha.
30 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, EDUCAÇÃO NO CAMPO, 2018.
"Orientação: Suzana Cavalheiro de Jesus".

1. Educação Especial no Campo. 2. Educação Inclusiva. 3.
Políticas públicas para AEE. 4. Educação do Campo. I. Título.

AGRADECIMENTO

Agradeço em primeiro lugar a Deus, principal fonte para esta intensa caminhada.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Suzana Cavaleiro de Jesus, pela excelência e disponibilidade, ao mostrar-me os caminhos para esta pesquisa.

Às professoras que participaram da banca avaliadora, pelas contribuições para enriquecer o trabalho.

Aos professores do Curso de Licenciatura – Educação do Campo, pelos valiosos ensinamentos que foram fundamentais para minha formação e a realização deste trabalho, e por acreditarem no potencial da turma Paulo Freire.

Aos meus filhos: Lucas, por me ensinar o caminho da universidade, mostrando-me que nunca é tarde para apostar em voos mais altos; e ao Leonardo, que demonstrou carinho e orgulho pelo meu esforço, espelhando-se nisso em sua trajetória discente.

À minha nora, Gabriela, pelo incentivo e palavras motivadoras a mim dedicados.

À minha família, que nos momentos de desânimo não me deixou esmorecer.

À minha querida sobrinha, Liziane, pelo auxílio e parceria em discussões sobre meus temas de estudo.

Aos colegas e amigos da graduação, em especial à Helena, por toda amizade e bons momentos compartilhados no decorrer desses anos. Também agradeço à Maria Cleonice, Adriana Ancini e Sandra Marques, pelo companheirismo nesta jornada.

À Melize Quadros Xavier, Secretária Municipal da Educação à época da pesquisa, pela disponibilidade de concessão da entrevista que embasou este estudo. À Manoela Siqueira pela disponibilidade e atenção ao receber-me no CAP, fornecendo dados importantes a esta pesquisa.

A educação inclusiva é uma flor nascendo no
meio de uma rocha.

É o amor vencendo barreiras.

Emílio Figueira

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo investigar quais políticas e para o Atendimento Educacional Especializado são efetivadas nas Escolas do Campo do município de Dom Pedrito – RS. Metodologicamente, definiu-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa exploratória cujo dados foram analisados através de uma perspectiva interpretativa, utilizando a técnica Hermenêutica por ser o ramo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, instrumentado por uma entrevista semiestruturada com a secretária municipal de educação e uma visita ao Centro de Apoio Pedagógico (CAP) de Dom Pedrito. Os resultados demonstraram que as políticas públicas do AEE, de modo específico a estruturação das salas de recursos multifuncionais, não estão sendo garantidas em escolas do campo, tendo apenas previsões para a implementação deste atendimento em uma escola da zona rural. Conclui-se que para que esse trabalho seja consolidado e a legalidade de inclusão cumprida, faz-se necessário mobilizar as famílias e a comunidade escolar nas articulações por ações públicas que garantam a efetivação de políticas educacionais para estudantes com necessidades educacionais especiais, na educação do campo.

Palavras-chaves: Educação Especial no Campo, educação inclusiva, Políticas Públicas para o AEE, Educação do Campo.

ABSTRACT

The study is a research on public policies and mission policies to specialized educational service in country schools Dom Pedrito - RS. Methodologically, it was defined as a qualitative research, characterizing itself as an explanatory case study, instrumented by a semi-structured interview with the municipal secretary of education and a visit to the Pedagogical Support Center (CAP). The results demonstrated that AEE public policies, specifically the structuring of multifunctional resource rooms, are not being guaranteed in rural schools, with only forecasts for the implementation of this service in a rural school. It is concluded that in order for this work to be consolidated and the legality of inclusion fulfilled, it is necessary to mobilize families and the school community in articulations for public actions that guarantee the implementation of educational policies for students with special educational needs, in the education of the field.

Keywords: Special Education in the Field, Inclusive Education, Public Policies for ESA, Field Education.

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO	12
1 PERCURSOS METODOLÓGICOS	14
2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	16
3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO CAMPO DE DOM PEDRITO	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Categorias de análise	15
Tabela 2 - Estudantes com NEE do campo matriculados em escolas municipais	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

APAE – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais

CAP – Centro de Atendimento Pedagógico

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PNEE – Plano Nacional de Educação Especial

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1 PERCURSOS METODOLÓGICOS .	13
2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO	15
3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO CAMPO DE DOM PEDRITO	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as políticas públicas no âmbito do atendimento educacional especializado nas escolas do campo da rede municipal de ensino de Dom Pedrito – Rio Grande do Sul. Propõe-se aprofundar questionamentos sobre inquietações emergentes a partir de estudos no Tempo Universidade do sétimo semestre do Curso de Educação do Campo – Licenciatura. Na oportunidade, dentro do eixo de estudos “Inclusão, Acessibilidade e Tecnologias”, através do componente curricular Fundamentos da Educação Especial para a Educação do Campo, ministrada pela professora Suzana Cavalheiro de Jesus, adentramos em discussões sobre educação inclusiva.

Para melhor entender este universo, realizou-se uma visita a Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, com sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), situada na zona urbana do município, com 11 alunos incluídos, tendo uma estrutura pedagógica que atende de fato às especificidades que os alunos possuem. Também visitou-se uma Instituição Filantrópica, voltada ao atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais¹ de Dom Pedrito – APAE.

Na ocasião das visitas, percebeu-se alunos do campo inseridos nas escolas da cidade, o que remeteu a caminhos para este estudo sobre transversalidade da Educação Especial na Educação do Campo.

A partir destas experiências surgiu o questionamento que norteia esta pesquisa: *Quais as políticas públicas da rede municipal de Educação de Dom Pedrito, que buscam efetivar o atendimento educacional especializado nas Escolas do Campo?* Com o intuito de responder a esta questão, elencaram-se os objetivos:

- Conhecer as políticas públicas de Educação Inclusiva voltadas para o AEE nas escolas do campo, existentes na rede municipal de Dom Pedrito.
- Abordar a transversalidade da educação especial na educação do campo;
- Compreender os modos pelos quais o AEE efetiva-se para os estudantes do campo, da rede municipal.a

¹ Ao contextualizar historicamente as terminologias utilizadas para designar o público que a Educação Especial abrange, Sasaki (2005) ressalta que, durante os séculos, utilizaram-se expressões como: inválidos, incapacitados, deficientes, excepcionais, pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência e, atualmente, pessoas com necessidades especiais. Em relação ao âmbito educativo, a terminologia atual é pessoa com necessidades educacionais específicas – NEE.

Metodologicamente, foi desenvolvido uma análise interpretativa dos dados coletados, o qual resultou neste trabalho final, composto pelas seguintes partes: esta introdução, que apresenta a investigação e suas questões norteadoras; os percursos metodológicos; uma discussão teórica sobre o AEE enquanto política pública, na educação do campo; e uma análise sobre o atendimento educacional especializado na educação do campo, no município de Dom Pedrito.

1 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Para embasar esta pesquisa optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa, baseada, inicialmente em uma entrevista semiestruturada com a Secretária de Educação do município de Dom Pedrito, Melize Quadros Xavier, em exercício no período de 2016 a 2018. A partir dos dados encontrados fez-se necessário um aprofundamento, sendo realizada uma visita ao Centro de Apoio Psicopedagógico do Município (CAPI), para uma conversa com uma educadora lá atuante, com vistas a compreender a relação entre atendimento de apoio pedagógico e AEE, enquanto ação pública para a educação inclusiva. Os procedimentos partem da análise interpretativa de dados coletados .

Nesta perspectiva, a presente pesquisa, buscou esclarecer “como” a secretaria municipal de educação de Dom Pedrito tem atuado no sentido de materializar a implementação do Programa de Implantação das salas de Recursos Multifuncionais, de modo a garantir o Atendimento Educacional Especializado nas escolas do campo.

Pesquisando as salas de recursos, em entrevista com a gestão não tinha dados na Secretaria de Educação de estudantes do campo que tivessem atendimento de AEE na rede, foi tentado implementar uma sala mas não tinha espaço físico, e não tinha profissional com formação na área. Por conta disso não tem AEE no Campo, e não teria estudantes do campo atendidos na zona urbana., Dando continuidade a entrevista fui conduzida ao CAP, também como uma referência de educação inclusiva, mesmo sendo um lugar de atendimento psicopedagógico que atende as dificuldades de aprendizagem, e não faz parte da educação especial.

Em conversa com a educadora do CAP, algumas informações se confirmam: Que existem alunos oriundos do campo sendo atendidos nos espaços urbanos do AEE.

As narrativas desencontradas remetem uma análise interpretativa dos dados coletados, na perspectiva hermenêutica (ramo da filosofia que estuda a teoria da interpretação, arte de interpretar o sentido da fala do autor) muito utilizada na Antropologia por estudar a diversidade das práticas culturais humanas. Este olhar interpretativo da cultura, visa compreender como pessoas e grupos produzem, transformam e expressam o sentido da vida cotidiana.

2 O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para tratar sobre o AEE, torna-se necessária a definição do conceito de Política Pública, entendida como a

[...] Totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos selecionam são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade (CALDAS, 2008).

Com um olhar mais direcionado às políticas públicas para efetivação de Atendimento Educacional Especializado, identificamos a estruturação das salas de recursos multifuncionais nas escolas de educação básica, como a política de maior impacto na área. Através da implementação das salas e oferta de cursos de aperfeiçoamento a docentes que atuem nas mesmas, os sistemas de ensino puderam garantir a matrícula dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, ficando o atendimento de educação especial, realizado no contra-turno ou no horário mais adequado, conforme organização da escola.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC) define o público-alvo da Educação Especial como os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Assim, em casos que abrangem transtornos funcionais específicos, de forma que a educação especial articula-se ao ensino comum, subsidiando os atendimentos às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, 2008).

Com vistas a amenizar essas barreiras, o Atendimento Educacional Especializado – AEE – é uma política pública inserida no contexto escolar a fim de dar suporte às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Desse modo, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) destaca que em princípio, foram criadas instituições, escolas e classes específicas para os alunos que necessitarem desse atendimento, de modo que não haviam políticas públicas de acesso universal à Educação e não consideravam as especificidades de aprendizagem dos alunos.

Através de uma série de articulações, apenas a partir da Constituição Federal

de 1988 que teve início a implementação do AEE atrelado à rede regular de ensino, sendo posteriormente reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei 8.069/90, artigo 55, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e pela Declaração de Salamanca (1994). No ano de 1994, a Política Nacional de Educação Especial passa a orientar a 'integração instrucional' para alunos que possuíssem condições de acompanhar o ritmo das atividades curriculares do ensino regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB), também assegura o direito de todos os indivíduos ao ensino regular. Por fim, o Decreto 3.956/2001, defende que as pessoas com NEE têm os "mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas" (BRASIL, 2008).

A Declaração de Salamanca (1994), documento resultante da Conferência Mundial de Educação Especial, realizada em Salamanca, Espanha, reuniu 88 governos e 25 organizações internacionais e teve como foco a urgência do providenciamento de educação para os indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais, no Sistema regular de ensino. Entre as proclamações anunciadas estão o direito fundamental de todos os indivíduos à educação e que sistemas e programas educacionais deveriam ser designados e implementados, considerando a diversidade das características e necessidades individuais.

A LDB 9.394/96, embasa-se nestes documentos, assegurando o direito de todos à educação. Em seu artigo 4º, parágrafo III garante o atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino, pontuando em seu Artigo 59, a adequada formação, em nível médio e superior, tanto para atuação no AEE, quanto para atuação nas classes comuns.

As determinações da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (1999), promulgada no Brasil através do Decreto 3.956/2001, destacam a necessidade de tomar medidas de diversas naturezas, inclusive educacional, a fim de eliminar a discriminação, promovendo a integração das pessoas com deficiência ao contexto social.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução 02/2001, no artigo 2º, ressaltam que os sistemas de ensino devem organizar-se para assegurar uma educação de qualidade para todos, cabendo às escolas também o papel do atendimento aos alunos com NEE.

As APAES, criadas na década de 1950 e cujo nome inclui a terminologia utilizada na época (excepcionais²), participam nos debates pela inclusão, entendendo que as pessoas devem estar em todos os espaços, pela garantia dos direitos da inclusão. Em Dom Pedrito, a instituição funciona desde 1974, oferecendo atendimento nas áreas de estimulação precoce e pré-escola, alfabetização e oficinas de informática, pedagógicas, de dança e arte, banda e música, teatro, culinária, esporte, equoterapia e recreação.

Outra Política de Atendimento a alunos com NEE, referência em educação inclusiva, é o Centro de Atendimento Psicopedagógico – CAP – que, em escolas da rede estadual do Rio Grande do Sul, subsidia as salas de recursos, transcrevendo materiais didático-pedagógicos para o sistema Braille e adaptando conteúdos para o formato MEC Daisy, possibilitando aos estudantes cegos e de baixa visão o acesso ao conhecimento, com materiais específicos de acessibilidade. Na rede municipal de ensino de Dom Pedrito, o CAP oferece atendimento a alunos com Dislexia e Transtornos do Déficit de Atenção e Hiperatividade.

Nota-se que a educação inclusiva, ao operacionalizar a educação especial, atua de forma transversal em todos os níveis e modalidades de ensino e, portanto, deveria estar presente também nas escolas do campo. Estudos que trabalham com esta problemática, estão reunidos no livro *Educação Especial no Campo*, organizado por Kátia Regina Moreno Caiado (2017) – uma das poucas publicações na área. O propósito da obra é contribuir com elementos para enfrentar o debate sobre a educação especial. Lopes e Oliveira (2012), refletem sobre o tema por meio de uma pesquisa qualitativa, instrumentada por análise documental e entrevistas, visando abordar as questões referentes à acessibilidade e inclusão de crianças com NEE na Escola do Campo. Os resultados reafirmam dificuldades para a efetivação das políticas públicas de inclusão, em especial em Escolas do Campo nas escolas do campo. Os artigos que integram o livro apresenta diversas perspectivas sobre a temática, incluindo olhares sobre a Educação de Jovens e Adultos, formação docente, trabalho pedagógico e os desafios e perspectivas do AEE no campo. Na apresentação do livro, a autora destaca que foram encontrados dados que instigaram o início de pesquisas que abordassem essa interface entre educação especial e do campo.

² Pessoas com deficiência intelectual ou superdotação.

Lopes e Oliveira (2012), refletem sobre o tema por meio de uma pesquisa qualitativa, instrumentada por análise documental e entrevistas, visando abordar as questões referentes à acessibilidade e inclusão de crianças com NEE em uma Escola do Campo de Caruaru, Pernambuco. Os resultados reafirmam dificuldades para a efetivação das políticas públicas de inclusão, em especial em Escolas do Campo.

Em sua monografia, apresentada à Universidade Federal do Pampa, Santos (2018), investigou a garantia do direito à educação aos alunos com NEE nas escolas do campo. Neste sentido, realizaram-se questionários e entrevistas com professores do AEE, apontando que, na rede municipal de ensino de Dom Pedrito, há três alunos com NEE que residem no campo e deslocam-se até escolas da zona urbana para estudar, uma vez que as escolas do campo não possuem estrutura e condições para recebê-los, concluindo-se que o direito à inclusão não vem sendo garantido para estes alunos.

No trecho acima, fica claro que cabe às Escolas organizarem-se com o intuito de proporcionar a estes estudantes um ensino de qualidade com todas as condições necessárias neste processo. Com isso, procuram garantir acesso aos espaços a comunicação e recursos facilitadores na construção da aprendizagem e atender as necessidades do aluno com NEE.

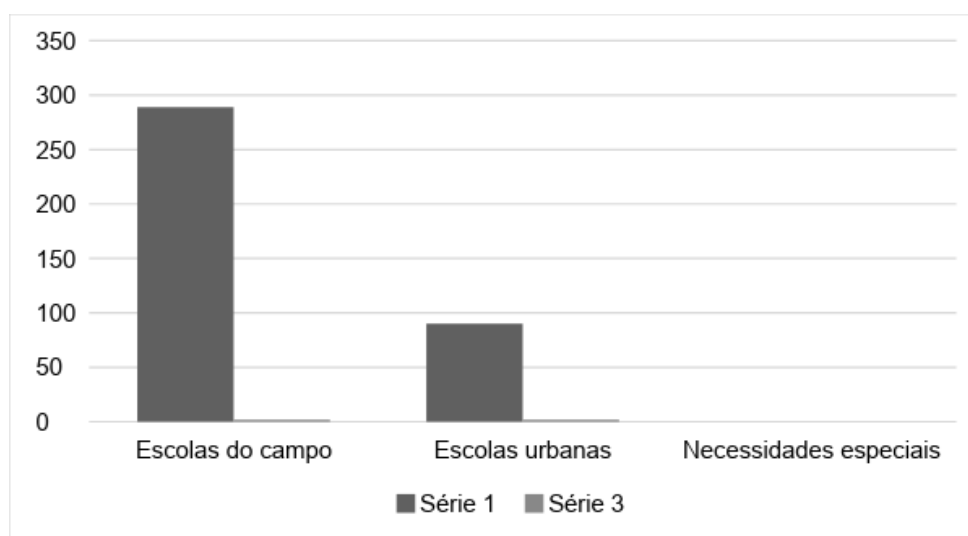
A área de Educação Inclusiva vêm despertando interesse nos meios acadêmicos, assim, Dutra (2018) e Veber (2018) são autoras de trabalhos de conclusão de curso, na Licenciatura em Educação do Campo, com previsão de publicação sobre a temática, sendo que a primeira apresenta o trabalho final, com um panorama sobre a formação continuada de professores do campo na perspectiva da inclusão. Já a segunda apresenta um pré-projeto que irá analisar as experiências da Educação Inclusiva dos alunos do campo da rede municipal de ensino de Dom Pedrito.

3. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS ESCOLAS DO CAMPO DE DOM PEDRITO

As respostas da Secretária de Educação do município de Dom Pedrito – RS, em uma entrevista semi estruturada, de cunho qualitativo exploratório , analisada através de uma perspectiva interpretativa, a partir da técnica Hermenêutica, (a arte de interpretar o sentido da palavra do autor), por tratar da interpretação de duas vertentes: da realidade (sobre o encontrado nas entrevistas realizadas) e da teoria (respaldo teórico).

Ao investigar as salas de recursos na rede municipal de ensino de Dom Pedrito-RS, Conforme a secretária, há 379 alunos do campo matriculados na rede municipal de ensino, sendo que, 289 alunos frequentam escolas do campo e 90 alunos frequentam escolas na zona urbana. Entretanto, deste universo, não haveria alunos com necessidades educacionais especiais, provenientes do campo, matriculados em escolas do campo ou urbanas

Gráfico 1 - Alunos matriculados em escolas municipais



Fonte: Autora (2018)

Entretanto, os dados obtidos por Santos (2018), demonstram que há três alunos provenientes da zona rural matriculados em escolas urbanas, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 - Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais do campo matriculados em escolas municipais

Estudante	Escola	Escolaridade	Residente	Idade	Diagnóstico
A	1	4º ano	Lagoa do Forno	12	Deficiência intelectual
B	2	8º ano	Rincão do Ponche Verde	20	Paralisia Cerebral
C	2	8º ano	Estrada do passo do Amor	18	Deficiência auditiva

Fonte: Santos (2018)

Tais dados são corroborados por uma professora de Educação Especial, em uma conversa informal, que realiza atendimentos no AEE e CAP do município, e afirma que há alunos com NEE oriundos do campo matriculados em escolas da zona urbana.

O aparente desencontro de informações mostra diferentes formas de olhar para a operacionalização das salas de recursos: a secretaria vendo a partir da localização das salas de recursos, materiais e profissionais capacitados, centradas em escolas Urbanas; e a docente do AEE vendo a partir do cotidiano do aluno, que lhe é mais próximo. Duas formas distintas de implementação de uma Política que se cruzam, o que remete pensar que o campo enquanto área não está sendo contemplado, pois o aluno que dá subsídio a isso, não está sendo visto em seu contexto histórico.

Quando da entrevista com a secretária de educação, questionou-se sobre a oferta de formação docente em educação inclusiva na Rede Municipal de Ensino de Dom Pedrito. Havia dois possíveis resultados: de que houvesse e de que não houvesse formação continuada de professores oferecida pela Secretaria Municipal de Educação.

As respostas da secretária foram no sentido de que há oferta de formação (palestras, oficinas, entre outras) porém, há fatores que interferem: (a) falta de divulgação dentro das escolas; (b) indisponibilidade por parte dos professores; (c) preparação da escola.

O primeiro fator, conforme destacado pela secretária, deve-se à pouca articulação entre equipe diretiva e o corpo docente das escolas, uma vez que os convites para formação são feitos, porém não há formas efetivas de divulgação

interna ou não há liberação de horários para que os docentes participem das atividades.

Em relação ao segundo fator, a secretária ressalta a importância da participação dos professores e da equipe diretiva

A chamada para a formação é feita e deixo os professores muito à vontade para participar, mas acabo me frustrando com o público que participa [...]. O gestor tem que ter mais compromisso com a parte pedagógica, e também participar desses encontros.

Esta indisponibilidade pode ser justificada em função de alguns fatores, como o professor trabalhar em mais de uma escola e não dispor de tempo hábil para as formações.

Além disso, a secretária não especifica a oferta de formação voltada para a Educação Especial, mas ressalta suas vivências enquanto docente

Dentro de uma escola eu tive vários tipos de alunos inclusos, como esquizofrenia, autismo, lesão cerebral, surdo. Eu nunca fui preparada para trabalhar, eu chegava na escola e já me diziam “olha, tu tem um aluno assim” e a partir daquele momento eu tinha que correr atrás. Ou corria, ou corria, não tinha outra opção.

Conforme conversa informal com uma professora da Educação Especial, a participação nas atividades de formação ocorrem apenas quando há convocatória, sendo que a participação não é efetiva quando há somente convites da Secretaria da Educação. Ressalta ainda a necessidade de interesse do professor, que deve buscar sair da sua zona de conforto para proporcionar o melhor desenvolvimento possível para os alunos com NEE.

Nesse sentido, a LDB assegura que as instituições de ensino devem contar com “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 2017).

Assegura-se ainda que cursos de formação inicial de professores “do Magistério às Licenciaturas, devem dar-lhes a consciência e a preparação necessárias para que recebam, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 2004, p. 20).

Em relação a terceiro fator, que diz respeito à preparação da escola para receber alunos com NEE, a secretária destaca a importância da infraestrutura escolar

Os pais dizem que as escolas do município estão mais preparadas. Preparadas todas estão ou não estão, a situação é a mesma tanto para o estado quanto para o município. [...] Isso é o que as escolas justificam para mandar os alunos para o município.

Este fator converge para a importância do AEE, principalmente no campo, em função do transtorno do deslocamento para que tenha esse atendimento. Caiado (2017), ao falar sobre a formação de professores para o atendimento no AEE, em escolas urbanas, do campo e de comunidades quilombolas, afirma que pessoas com NEE provenientes de regiões com particularidades necessitam de acesso à Educação e à atendimentos especializados de saúde, destacando que estes sujeitos devem sair do anonimato.

Também a secretária de educação do município de Dom Pedrito pontuou, durante entrevista que as famílias que vivem no campo e que possuem um membro com NEE, tendem a procurar atendimento de saúde e também atendimento pedagógico, na cidade. Quanto à participação da família, de modo geral, as respostas da secretária de educação ressaltam que o comportamento varia de família para família, mas que quando há um período de não aceitação, muitas vezes justificam-se dizendo que os alunos não têm em casa as dificuldades e/ou comportamentos relatados pela escola.

A família com a intenção de proteção, às vezes não leva para a escola e algumas vezes não permite que seja trabalhado como deveria. Quando se nota a resistência da família, ela é chamada para conversar [...].

A secretária afirma que se a família, mesmo após essa conversa, continua em situação de não aceitação, é pedido um laudo médico, para que se comprove a necessidade de atendimento especializado.

Estes comportamentos de resistência e ocultamento da situação podem ser originados a partir das mudanças provocadas pela presença, no núcleo familiar, de uma criança com necessidades especiais, caracterizando-se como uma “fuga do ideal” (FIAMENGHI E MESSA, 2007).

Fiamenghi e Messa (2007) afirmam que também as famílias devem receber atendimentos, no sentido de aprender a lidar com a criança com deficiência, destacando estudos que ressaltam reações positivas – maturidade e independência – por parte de irmãos de crianças com NEE.

Para além do trabalho realizado com a família, torna-se necessário o desenvolvimento da comunidade, através do qual as pessoas com deficiência poderão integrar-se à sociedade, devendo ser implementada por meio de esforços entre pessoas com deficiências, famílias, comunidades e serviços de educação, saúde e bem-estar (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Caiado (2017) ressalta a importância da família no desenvolvimento de uma pessoa com deficiência, na perspectiva de que a parceria escola e família conflui na plena realização dos objetivos.

Analisando a procura por atendimento educacional especializado, por parte das famílias com PNEE, a secretária de educação de Dom Pedrito destaca que surgem situações de familiares que, ao procurarem escolas do estado, são orientados a procurar escolas municipais para matricularem seus filhos, justificando que as escolas municipais estariam melhor preparadas – em termos de infraestrutura e capacitação dos profissionais.

A gente se preocupa muito com as pessoas que chegam até nós, que nem nossas são, mas nós temos, por exemplo, pais que chegam até nós dizendo assim “A, fui numa escola do estado que mandaram eu procurar uma escola do município”. Daí eu questiono “Qual o motivo? Qual a razão?”. Eles dizem “as escolas do município estão mais preparadas”.

Nesse sentido, a secretária ressalta que conhece, por sua prática docente, as duas realidades – estado e município – e considera ambas aptas a receber alunos com NEE.

A LDB 9.394/96 afirma o dever constitucional do país em relação à oferta da educação especial, a qual tem seu início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Desse modo, entende-se a necessidade de escolas da rede municipal e estadual de ensino estarem preparadas para receber alunos com NEE.

Além disso, ressalta-se que o AEE, por ser o ambiente escolar mais adequado para garantir o contato dos alunos com seus pares de mesma faixa etária, deve estar presente em todas as escolas, uma vez que promove a estimulação de todo o tipo de interação que possa beneficiar seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo (BRASIL, 2004).

Palma e Carneiro (2017) afirmam que recentemente a Educação Especial e Educação do Campo tiveram seus direitos garantidos por meio de uma trajetória de lutas para conquistá-los. Entretanto, entende-se que a continuidade dessas lutas é fundamental para que sejam atendidas as demandas do campo, numa perspectiva de educação inclusiva.

Em Dom Pedrito, segundo conversa informal com uma professora da Educação Inclusiva, houve avanços a partir da criação do CAP, em 2002, que atendia todos os alunos com NEE. A partir da implementação de uma sala-pólo de AEE, inserida em uma escola da zona urbana, foi possível ter a abrangência da demanda, de forma que foram solicitadas nove salas, sendo que oito atenderam a zona urbana e uma a zona rural do município.

Estas salas foram cadastradas e receberam materiais para sua implementação, entretanto, apenas seis encontram-se em funcionamento. Entre os fatores que impedem a efetivação de atendimentos nas demais escolas, entre elas a única escola do campo a receber AEE, estão a falta de espaço físico para o AEE e realização de um concurso para os profissionais da área.

A secretária ressalta que um dos fatores que influenciam as famílias a optar por mudar para a cidade é, por exemplo, um aluno que precise de medicações injetáveis, que só podem ser aplicadas em um hospital, ou um aluno que convulsione, tornando-se inviável para a família permanecer no campo.

Às vezes os alunos vêm do campo, não por uma questão escolar, mas por uma questão de medicação.

Ainda sob o viés do atendimento médico, ressalta-se a necessidade de apresentação de laudo à escola, para que o aluno possa ser encaminhado ao AEE. Destaca-se também a importância deste laudo para a compreensão, por parte da família, de que o aluno precisa receber esse atendimento especial na escola.

A Declaração de Salamanca (1994, n.p.) assegura que “medidas Legislativas paralelas e complementares deveriam ser adotadas nos campos da saúde, bem-estar social, treinamento vocacional e trabalho no sentido de promover apoio e gerar total eficácia à legislação educacional”. Na mesma linha, até os três anos de idade, o AEE se expressa através de serviços de intervenção precoce que visam otimizar o processo de aprendizagem, respaldado em serviços de saúde e assistência social (BRASIL, 2008).

Caiado (2017) destaca as dificuldades que as famílias que moram no campo enfrentam para levar os alunos com NEE aos atendimentos de saúde – psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional – uma vez que o transporte é um fator dificultador.

Além disso, torna-se importante, além do atendimento da pessoa com NEE, também um acompanhamento da família, que é o primeiro espaço de inclusão da criança. Neste sentido, Fiamenghi e Messa (2007, p. 239) ao citar Casarin (1999) destacam que a família passa por um luto, ao receber o diagnóstico, uma vez que houve a perda do ideal do filho perfeito, sadio. Além disso, as expectativas, valores e objetivos da família sofrem alterações, em função da nova realidade.

No município de Dom Pedrito, uma professora que trabalha em salas de AEE, afirma que há entraves burocráticos que dificultam o atendimento adequado dos alunos com NEE, uma vez que antes do laudo, trabalha-se apenas com hipóteses sobre a necessidade de cada um. Além disso, a morosidade do laudo acaba por comprometer o aprendizado dos alunos, o trabalho correto do professor e o direcionamento de atividades individuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade as discussões em torno do termo “inclusão” vem ganhando espaço em todas as esferas, perpassando as sociais chegando até a Educação. Desta forma, estudos em torno dessa temática são de suma importância para que alternativas de inserção dos indivíduos com NEE seja efetivada dentro do contexto da sala de aula. Estas alternativas devem propiciar ao estudante as mesmas oportunidades e oferta no processo de ensino e aprendizagem, desde que sejam levadas em consideração suas especificidades e características.

Observam-se duas linhas distintas de pensamento quando aborda a trajetória das pessoas que vivem no campo e pessoas com NEE, quando se trata de direitos negados e desigualdade social. A maioria das pessoas que vivem no campo (trabalhadores e filhos de trabalhadores) e a maioria das pessoas com deficiência são alvos das barreiras, vivenciando uma constante luta pela garantia de direitos negados. Percebe-se que, há um discurso sobre certa incapacidade do aluno com NEE que é naturalizado pela sociedade e que ignora suas potencialidades no processo ensino aprendizagem, criando barreiras que impossibilitam mais do que as reais limitações. Os fatos ficam mais visíveis no que diz respeito às escolas do campo com a ausência de políticas públicas seja em educação, transporte, moradia, saúde e trabalho e revelam a vulnerabilidade que esse público enfrenta para garantir uma efetiva participação social. Ocupar espaços é preciso para sentir-se parte do meio.

Logo, o AEE implantado nas instituições de ensino ou centros especializados contribui com orientações significativas quanto à aplicabilidade e funcionalidade dos recursos disponibilizados, além de otimizar o processo de desenvolvimento e aprendizagem que conversam com os serviços de saúde e assistência social. Porém, não substitui a escolarização nas classes comuns, mas são parceiras, para que a formação dos alunos aconteça com autonomia tanto nas dependências da escola, como fora dela.

Ressalta-se que a implementação deste atendimento não ocorre apenas com base na estrutura física, o docente deve estar qualificado e atualizado em recursos didáticos e metodologias que atendam as especificidades dos estudantes

considerados como público alvo da Educação Inclusiva.

Torna-se importante salientar a obrigatoriedade da oferta do AEE pelas redes de ensino, uma prática legal de ensino que tem como característica um trabalho simultâneo ao ensino de sala de aula, preferencialmente na escola que o aluno frequenta ou em centros especializados que realizam o atendimento educacional. Ao longo da pesquisa, a articulação entre instâncias político-administrativas e docentes de AEE tornou-se ainda mais evidente para a educação do campo. Uma vez que a secretaria não tinha dados sobre estudantes do campo que são atendidos na cidade, vislumbramos que a gestão preocupa-se com a organização das salas e não tanto com a realidade sociocultural de seus alunos, a qual acaba sendo uma tarefa mais a cargo das docentes de AEE.

Para que esse trabalho seja de fato consolidado e a legalidade de inclusão cumpridas se faz necessário mobilizar as famílias, e a comunidade escolar nas articulações por políticas públicas educacionais que contemplem as necessidades dos alunos. No caso dos estudantes do campo, há de se pensar ainda um AEE do campo, para o campo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para educação especial na educação básica**. Secretaria de Educação Especial, MEC: SEESP, 2001a.

_____. **Atendimento Educacional Especializado**. Deficiência Mental. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Aspectos Legais e Orientação Pedagógica**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

_____. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 1999.

_____. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 21 out. 2017.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

_____. **O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular**. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

_____. **Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2015.

CAIADO, K. R. (org.). **Educação Especial no Campo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

CALDAS, R. W. (coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte : Sebrae/MG, 2008.

FIAMENGHI, G. A.; MESSA, A. A. Pais, Filhos e Deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 236-245, jun. 2007.

LOPES, L. A.; OLIVEIRA, A. N. S. A Criança com Necessidade Especial na Escola do Campo. **IV Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco**. Caruaru, PE, 2012. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/IV_EPEPE/t1/C1-03.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ONU. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, Espanha: Organização das Nações

Unidas, 1994.

SANTOS, N. J. P. Educação Inclusiva para Estudantes que Vivem no Campo no Município de Dom Pedrito – RS. 2018. 43 f. Monografia (Especialização em Educação do Campo e Ciências da Natureza) – Universidade Federal do Pampa, Dom Pedrito, 2018.

YIN, Robert. K. Estudo de Caso Projeto e Métodos de Pesquisa. 5. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014.